

PANORAMA DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NA ALDEIA BANANAL

SEIZER DA SILVA, Antonio Carlos
BRAND, Antonio.

RESUMO: O presente trabalho é parte da pesquisa de mestrado, intitulada *Educação Escolar Indígena na Aldeia Bananal: Prática e Utopia*, com o objetivo de estudar o panorama atual da escola de ensino médio, localizada na Aldeia Bananal, Posto Indígena de Taunay e Ipegue, Distrito de Taunay, município de Aquidauana/MS. Destacam-se dois momentos significativos que os Terena do PIN Taunay vivenciaram na busca por uma “educação formal”: a escola extensão e a criação da escola indígena de ensino médio. Esses dois momentos são atravessados por um jogo de poder envolvendo a busca de autonomia no espaço escolar, sugerida pelos Terena que estão à “margem” das decisões nesse espaço e pelos constantes deslocamentos e acomodações resultantes dos conflitos e acordos entre os diversos grupos internos, cujas ações se refletem no cotidiano escolar, inclusive na prática pedagógica. O trabalho está apoiado em contribuições de Hall, Bhabha e autores que trabalham com a temática da educação escolar indígena. Os procedimentos metodológicos foram realizados a partir da revisão bibliográfica e levantamento e estudo dos documentos da escola extensão e da escola indígena de ensino médio. As considerações finais apontam para um significativo avanço da escola de ensino médio dentro da Aldeia Bananal, na passagem para escola indígena, necessitando, porém, ainda, ampliar e fortalecer suas relações de diálogo com os múltiplos sujeitos indígenas nela inseridos.

Palavras Chaves: Os Terena/Aldeia Bananal; Educação Escolar; Escola de Ensino Médio;

INTRODUÇÃO

Os Terena da região do Distrito de Taunay que engloba os Posto Indígenas: Taunay e Ipegue, através de seu histórico e intenso contato com a sociedade envolvente buscam possuir dentro de suas aldeias todas as etapas da educação básica, pois vêm como acesso e permanência entre a população não-indígena.

Os primeiros grupos que ofereceram o letramento aos Terena do PIN Taunay e Ipegue, tinham objetivos diversos em relação a esta etnia. Na aldeia Bananal, tinha três escolas, todas iniciadas de forma rudimentar, pois além da deficiência de professores, também, existiam dificuldades de materiais pedagógicos. Neste período segundo os relatos dos próprios alunos desse modelo de escola, tinha apenas um professor que não souberam informar se tinha formação para a atividade docente.

De acordo com CARVALHO (1995, p.94) entre os anos de 1910 e 1920, existiam três escolas:

- a) A escola do Posto, que era iniciativa do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), a qual não possuía regularidade nas aulas, pois os professores vinham de Campo Grande, distante aproximadamente 200 km da aldeia;
- b) A escola dos católicos possuía atuação pouco expressiva, não havendo muitos relatos na região sobre a atuação dos missionários católicos;
- c) A escola dos missionários protestantes da missão norte-americana Inland South America Missionary Union (ISAMU), foi fundada em 1912 através do Reverendo John Hay e Henrique Whittington, tendo por base os trabalhos missionários e os serviços educacionais, sempre tendo a bíblia como cartilha.

Logo depois que entramos, recebemos casas melhores e abrimos uma escola. Jorge Pio, que morava no alto da rua principal, mui (sic) bondosamente nos emprestou a sua casa. Foi ali que iniciamos a nossa escola, e logo em seguida iniciamos uma escola noturna para adultos, ambos sendo bem freqüentada. (Carta de Whittington a Hay, informando os primeiros passos da missão entre os Terena.)

Entre as três escolas existia uma grande disputa por alunos, em especial entre a dos missionários católicos e protestantes, pois, além da escrita e da leitura, desejavam aumentar os seus “rebanhos” religiosos. No caso da Aldeia Bananal sobressai a atuação dos missionários protestantes, pois até a “escola do posto” é evadida pelos alunos devido a sua irregular atuação, por causa da falta de professores. Na escola do posto, eram tidas poucas aulas durante o ano, porém, não deixava de funcionar mesmo com poucos alunos, pressionando os missionários protestantes a saírem da aldeia, em 1933.

Os missionários protestantes sobressaíram em sua atuação por observarem as necessidades lingüísticas dos Terena. Sempre estava em sala um ajudante índio que se encontrava “mais adiantado na lição” para ajudar os demais.

Por volta da década de trinta, em diante, a atuação educacional dentro das aldeias é exclusivamente das escolas do SPI (Serviço de Proteção ao Índio), posteriormente, FUNAI (Fundação Nacional do Índio), que em 1985, através de um convênio Prefeitura Municipal de Aquidauana e FUNAI, inclui os alunos da Aldeia Bananal na “educação formal” de primeira a quarta série do primeiro grau (atualmente séries iniciais do ensino fundamental), deixando a função de lecionar somente para professores indígenas. Esses professores não possuíam cursos de graduação. Mas em

sua maioria eram formados no curso de magistério oferecido em escolas da região de Aquidauana.

Os trabalhos educacionais representaram disputa de poder no contexto da educação indígena. O maior número de alunos dentro destes três modelos de escola “é interpretada como a adesão dos respectivos pais ao grupo representado pela escola, isto é, ao grupo protestante ou ao não protestante” (CARVALHO, 1995, p.96).

Segundo João, 78 anos, adepto do protestantismo e ex-aluno da escola dos missionários protestantes, quando aprendeu a ler e escrever as dificuldades eram imensas:

Vocês não acreditam... Nossos alunos hoje são privilegiados, tem escola, tem material [caderno, lápis, etc.] para estudar. Quando aprendi a ler e escrever meu nome, não teve caderno e nem lápis... O caderno era pedra e o lápis o carvão. Se errava apagava com pano... não tinha cartilha. A professora tomava a lição toda vez, mas não tinha aula direto igual hoje (...). O que eu sei é a, e, i, o, u. (João, ancião da Aldeia Bananal, durante as reuniões na escola MIHIN)

Observei que mesmo com as dificuldades apontadas o modelo de escola apresentado conseguiu seus objetivos, pois a grande maioria que estudou na escola dos missionários protestantes pertence a alguma denominação religiosa evangélica.

Atualmente, a escola que fora criada para oferecer as séries iniciais do ensino fundamental, oferece, também, as séries finais, porém, com professores oriundos da zona urbana.

Após concluir o Ensino Fundamental, o aluno indígena possuía duas alternativas: parar os estudos ou ir para cidade cursar o Ensino Médio. Em sua maioria não possuíam condições financeiras de permanecerem na cidade, nem parentes que pudessem compartilhar a casa, portanto, nem arriscavam a tal aventura. Os que foram estudar nas escolas urbanas em vários relatos queixam se:

- a) da discriminação sofrida em sala de aula e/ ou em outros locais;
- b) do não aproveitamento/ rendimento escolar por não dominarem de maneira consistente a língua portuguesa;
- c) das dificuldades financeiras; por não possuírem renda tinham que trabalhar (as mulheres em serviços domésticos e os homens “changuiando¹”) para se sustentarem, pois a família, pouco podia contribuir;

¹ Serviço temporário sem vínculo empregatício

d) do alcoolismo e uso de entorpecentes, cuja problemática tem causado grandes transtornos, através da violência; onde muitos pais acreditam que esta busca por escola deixou seus filhos a mercê dos “oportunistas de plantão”.

Todas as situações citadas acima foram relatadas por pais e alunos que viveram ou possuem parentes/ amigos que enfrentaram tal problema. Essas pessoas procuram a escola para relatar seus problemas na expectativa de encontrarem apoio para solucionar os problemas adquiridos quando não tinha a escola indígena.

Ao retornar para casa, os pais afirmam ter verificado a angústia dos filhos e tomavam uma dura decisão, desvincular o aluno da escola sem poder se quer comunicar à direção da unidade, pois não possuíam condições financeiras para utilizar o transporte intermunicipal.

Maria Rosa é mãe do aluno Lucas de 36 anos, que cursa o ensino médio na escola-indígena. Segundo seus relatos, Lucas foi para a cidade para estudar, passou privações financeiras e voltou para aldeia sem concluir o ensino médio e com o vício do alcoolismo.

Meu filho não bebia... Ia à igreja direto, somos evangélicos; desde quando foi pra cidade, a uns 16 anos atrás desviô... Foi pra estudá e aprendeu a beber. Ele é trabalhador. Trabalha na roça, ganha trocado e bebe a semana inteira. Já chorei muito... Não é só ele. Tenho sobrinhos, parentes que dizem que já experimentaram até a “mardita” [maconha e cocaína]. (Luzia, mãe de aluno da escola-extensão)

2 Proximidades e estranhamento na efetivação do Ensino Médio

No Distrito de Taunay era ofertado, desde 1998, o Ensino Médio pela Escola Evangélica Lourenço Buckman, com mais de cinco décadas de atuação no Ensino Fundamental juntos aos índios Terena do PIN Taunay e Ipegue. A escola teve o auge de sua atuação, em 1979, por ser a única a ofertar o antigo primeiro grau² na região, com classes de alfabetização, com ensino bilíngüe para melhor adaptação das crianças Terena, usando métodos próprios de alfabetização e confecção de cartilha, para ajudar na aprendizagem, com utilização até os dias de hoje, na Educação Infantil.

² Atualmente o antigo primeiro grau é denominado de ensino fundamental.

A cartilha foi produzida pela missionária do Inland South America Missionary Union (ISAMU), Dóris Jacling, e, é conhecida como: A Cartilha Pindorama, com quatro volumes. A escola, ainda nos dias atuais, trabalha com regime de internato, atendendo, inclusive indígenas de outras etnias e de toda região centro-norte que vem para o Distrito de Taunay, terminar seus estudos. A escola é sustentada por pessoas da comunidade escolar e membros da Igreja Uniedas que ofertam colaborações para manter a escola. Os professores que nela atuam, possuem graduação e em sua maioria são membros da Igreja Uniedas. A grande dificuldade estava em que a Escola Evangélica Lourenço Buckman ofertava o Ensino Médio, no período matutino, impedindo os “alunos trabalhadores” a freqüenta – lá, iniciando um movimento de busca do Ensino Médio em escola pública, pois a escola possuía um caráter privado-religioso.

Com base nos anseios dos indígenas dos PIN Taunay e Ipegue, unidos à mesma vontade dos moradores do Distrito de Taunay de continuar os estudos sem poder distanciar-se de suas atividades diárias, montou se uma comissão para buscar trazer a escola de Ensino Médio para a região. Esta comissão organizou o pedido e colheu assinaturas que comprovassem tal necessidade, apresentando, também uma lista com possíveis alunos a serem matriculados. Este abaixo-assinado continha assinaturas dos moradores e presidente da Associação de Moradores do Distrito de Taunay, como das lideranças das aldeias, que compõem os PIN Taunay (Aldeia Bananal, Aldeia Água Branca, Aldeia Morrinho, Aldeia Jaraguá, Aldeia Lagoinha, Aldeia Imbirussú, Aldeia São José), PIN Ipegue (Aldeia Ipegue e Aldeia Colônia Nova) e dos futuros alunos.

A comissão encaminhou a solicitação, primeiramente, às autoridades locais e aguardou o momento oportuno que veio a ser divulgado pela imprensa local da visita do então Secretário de Estado de Educação, professor Pedro Kemp, a Escola Estadual Geraldo Garcia. Foi deslocada uma comitiva com caciques, o presidente da Associação de Moradores Amigos de Taunay, senhor Anacleto, com outros simpatizantes da causa, como o vereador professor Ordalino Cunha. A comitiva dos requerentes da escola de ensino médio para os alunos da aldeia e do distrito teve uma rápida reunião com o Secretário de Estado de Educação, sendo permitida a implantação de uma extensão da Unidade Escolar de Referência Coronel José Alves Ribeiro, como afirma o senhor Josué, 68 anos, que acompanhou a comitiva:

Todos tiveram seus méritos nessa hora, pois foi bonito... Tudo nós “demo” a mão para alcançar nosso objetivo. Foi rápido. Isso mostra o poder que tem o índio quando deixa de lado as diferenças político-partidária e vai atrás do que a comunidade precisa, né! Eu lembro da boa vontade do vereador Ordalino, da prontidão do Pedro [Pedro Kemp] e da aceitação da professora Selma... Pra mim isso mostrô que purutuya e índio Terena pode viver lado a lado sem diferença e sabe por que digo isso? Na criação da nova escola de ensino médio da Lagoinha teve problema... Teve gente que não quis a extensão e é nisso que a gente agradece a escola Coronel José Alves Ribeiro, em tudo que representô... Desde os professor até nossos alunos Terena, que fizeram parte dessa história...

A solicitação foi feita no mês de fevereiro do ano de um mil novecentos e noventa e nove, e as aulas já estavam em andamento, obrigando a direção, coordenação e secretário da Unidade Escolar de Referência a se organizarem para o início do ano letivo na nova extensão, não existindo estudo preliminar da Comunidade Escolar.

O secretário da Unidade Escolar, que estava se dispondo a oferecer a extensão, deslocou – se para as aldeias, junto com a direção para efetuar as matrículas dos interessados, enquanto também convidava professores do próprio quadro que precisassem completar carga horária para atuar na aldeia, pois, de acordo com a diretora da Escola Coronel José Alves Ribeiro, professora Selma Maria Capela de Camargo, não havia professores indígenas graduados nos PIN Taunay e Ipegue que pudessem lecionar para os alunos do ensino médio, pois o maior índice de licenciados é do curso de Pedagogia ou Normal Superior.

Na época não tinha quase professores formados para atuar no ensino médio, quase todas as matérias eram dadas por professores aqui da escola... (Professora Selma, Diretora da U.E.R na implantação da extensão na Aldeia Bananal)

No primeiro ano de funcionamento (1999) a escola-extensão, exerceu suas atividades no Distrito de Taunay, no prédio cedido pela prefeitura municipal de Aquidauana, nas dependências da Escola Visconde de Taunay, com apenas uma sala de aula da primeira série do ensino médio, totalizando trinta e dois matriculados, dos quais vinte e três eram indígenas e nove não índios do Distrito de Taunay.

Ao propor a criação da extensão não foram viabilizadas verbas específicas para a escola-extensão na Aldeia, ficando a cargo da Unidade Escolar de Referência

Coronel José Alves Ribeiro³, a divisão de seus materiais de manutenção e pedagógicos. A Secretária de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul não ofereceu subsídios, tendo que ser mantida à escola-sede e a escola-extensão da Aldeia Bananal e a escola-extensão da Aldeia Limão Verde, com a mesma quantidade de materiais de expediente.

Desde quando começou a implantação da escola indígena e como era extensão do Cejar, eles não tinham verba orçada. Então vinha o repasse nosso; nosso dinheiro, do fundamental e do médio, nosso material de limpeza, papel, tudo os professores pegavam aqui – tudo. Lógico que eles pediam papel pro aluno fazer os trabalhos deles, mas deles... Mas, quem carregou quem orçou fez tudo foi à escola. Foi o Cejar... O Cejar é que manteve a escola na parte de material, menos o funcionário, porque a gente não tinha funcionário lá. Eu mesmo acompanhava os professores... Mas, era funcionário da escola [General Rondon] lá que limpavam as salas, funcionário da prefeitura, não era do estado. (Professora Selma, Diretora U.E.R Cel. José Alves Ribeiro, na implantação da extensão)

Mesmo com a criação da escola extensão, existia dificuldade de deslocamento, pois as aulas ocorriam das 19h às 22h50min h e vários desses alunos tinham que caminhar de 2 a 8 km para chegar à escola, pois esta recebia alunos oriundos das nove aldeias que compõem os postos indígenas de Taunay e Ipegue, além de alunos do Distrito. Por causa deste problema no ano letivo de implantação da extensão (1999), nove indígenas desistiram dos estudos.

Por possuir o maior número de alunos freqüentes, residentes na aldeia e não no distrito, e pensando em atender os anseios da população indígena, de criar uma unidade escolar com especificidade curricular indígena, no ano de 2000, as salas de aula foram instaladas, na Aldeia Bananal, ficando de fácil acesso a todos. Permanecendo o convênio entre a Prefeitura Municipal de Aquidauana e o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, pelo qual a prefeitura cederia o prédio onde funcionaria a extensão e o transporte dos professores oriundos da zona urbana.

Ao Governo Estadual coube a oferta de professores do seu quadro funcional e/ou a convocação de professores para atuar na extensão, bem como o transporte escolar aos alunos que morassem em outras localidades, pois no entorno da Aldeia Bananal, como já foi citado, existe um conjunto de oito aldeias (Aldeia Ipegue, Aldeia Colônia Nova, Aldeia Jaraguá, Aldeia Morrinho, Aldeia Lagoinha, Aldeia Água Branca, Aldeia São José, Aldeia Imbirussú), que variam em distância da sede da escola exercendo suas

³ A Unidade Escolar de Referência Coronel José Alves Ribeiro, também, é conhecida como CEJAR, fazendo referência ao tempo que era Centro de Educação José Alves Ribeiro

atividades letivas no período noturno, porém, com horário diferenciado, a partir do ano letivo de 2001, iniciando as 17 h e terminando às 21h20min.

A escola ao começar suas atividades provocou mudanças na rotina dos moradores das aldeias dos PIN Taunay e Ipegue. O deslocamento noturno, mesmo que pequeno, começou a influenciar as atividades externas as residências, pois eram os filhos que esperavam os pais voltarem da escola ou os pais esperando os filhos em determinado local para não deixá-los seguir até em casa sozinhos.

Foi legal quando tinha que ir buscá Marivânia todo dia na escola. Pra ir ela ia sozinha, mas prá volta eu e as criança, esses aí que o senhor já vê grandes eram pequenos na época, se juntava e caminhava até Taunay. E, óh que daqui da Água Branca lá é longe, mas valia o esforço. Hoje tá formada trabalha pra prefeitura e me ajuda com o ordenado dela. Eu lembro dos meus parentes falando, que eu era boba dava bem pra ela vim sozinha, mas a gente ia pelo menos na entrada pra cá pra Água Branca buscá. Os passarinhos não deixa seus filhotinho dá o primeiro vôo sozinho. Hoje esses aqui [aponta os filhos mais novos] vão de ônibus e ainda falta aula. Ela não faltava, quando chovia e no outro dia parava nós ia atolando até lá, mais ia... Era o nosso passeio. (Lurdes, mãe de Marivânia, aluna no 1º ano da extensão, no Distrito de Taunay)

De acordo com relatos ainda dos pais, a escola, também, contribuiu para uma aproximação e/ou formação dos grupos de amigos que sempre esperavam o retorno de alguém, e enquanto isso criava momentos de descontração como bate papo, roda de tereré (uma espécie de chimarrão com água gelada) e em alguns casos ouvindo músicas na casa mais próxima da escola enquanto aguardavam.

Eu não ia busca Márcia não, era obrigação do irmão mais velho dela, o Ronaldo. Ele levava e buscava de bicicleta, encontrava com os amigos lá de Taunay e ficava na rodinha de Tereré. Hoje o senhor vê a rodona que tá. Foi por causa desse movimento de escola, mas é bom... Produz amizade. Teve vez que o grupo aumento e até som eles levavam pra escutá. (Simplicia, avó de Márcia, aluna no 1º ano da extensão, no Distrito de Taunay)

Alguns pais verificam que este marco na educação escolar da Aldeia Bananal provocou a chegada de situações contrárias a sua vivência, pois o medo que tinham de deixar os filhos estudarem na cidade e serem expostos ao alcoolismo agora estava dentro da aldeia, pois nessa época muitos já haviam saído da aldeia para trabalhar ou para estudar nas escolas urbanas e não concluído o ensino médio porque começaram a ficar constantemente alcoolizados. E essas pessoas, sabendo da criação da escola,

também, começaram a freqüenta - lá, uns como alunos outros como espectadores, ficando o tempo todo na parte externa da escola em grupos, com olhares voltados para seu interior, provocando desconfiança dos pais quando seus filhos faziam amizade com essas pessoas.

Sabe professor, eu recorro com alegria e com tristeza desse primeiro ano. Tô alegre porque o Eduardo estudô, fez o ensino médio, mas tem hora que me arrependo. Eu coloquei a tarefa pro Ricardo ir de companhia. Ele ia, mas começô a encontra com os amigos nos escuros por ai e o dinheirinho que nós ganhava na roça, começa a compra kuma'a. Sabe o que é né? Pinga mesmo e ficava bebendo. Às vezes o Eduardo chegava sozinho e comecei a ter outra preocupação. Tinha dia que o Ricardo amanhecia caído no mato. Não trabalhava na roça no outro dia. Até hoje ele bebe. É triste. (Rute, mãe de aluno)

Neste período de atuação da extensão da Unidade Escolar de Referência Coronel José Alves Ribeiro no Distrito de Taunay, não se evidenciam maiores impactos a não serem os relatados acima. Vale ressaltar que os desistentes deste primeiro ano, falam da dificuldade de entender a Língua Portuguesa e da dificuldade de se relacionar com os professores.

Eu era assim, chegava com meu caderno, colocava na carteira, quando a professora chegava nem olhava... Tinha coisa que ela falava que eu nem entendia, mas balançava a cabeça que tava certo. Eu não sabia o que era, não entendia o português. Os professores perguntavam se nós estávamos entendendo, se queria que explicava de novo... Eu nem me mexia com medo, porque era assim no fundamental. Tomava bronca. E agora já tô velha, tenho filho, o que vão pensar de mim. Além de índia indisciplinada. Não, eu queria ser a melhor no comportamento, fazia as tarefas, mas não mostrava para a professora. Quando ela chegava, perguntando quem fez a tarefa, os colegas não tinham feito, eu tinha. Mas não dizia. Vai que me manda no quadro fazer. Deus me livre! Quando passava [professor (a)], de cadeira em cadeira, minha perna pulava e antes de perguntar se fiz tarefa balançava a cabeça que não. Mas, todos eram bons, nós que éramos tímidos. Eu acho que eu conversei com algum professor foi quase na metade pro fim do ano, quando eu faltei duas avaliações porque meu filho tava doente e assim mesmo foi porque ele perguntou. Senão tinha reprovado ou desistido, porque, antigamente, falavam que a gente não pode questionar o professor, tem que ficá quieta. (Luciana, 42 anos, aluna no 1º ano da extensão)

3 Os entraves na “localização” da escola: ambigüidade entre a comunidade Terena.

Por possuir o maior número de freqüentadores indígenas, residentes nas aldeias dos PIN Taunay e Ipegue e não no Distrito de Taunay, e pensando em atender os anseios da população indígena da criação da unidade escolar com especificidade curricular indígena, no ano de 2000 as salas de aula foram instaladas na Aldeia Bananal. Porém, não existe mesmo nos dias atuais um consenso para o funcionamento da escola de ensino médio na Aldeia Bananal, tornando o espaço escolar conflituoso.

Há relatos entre os estudantes e professores da época, de que não houve resistência dos alunos residentes no Distrito de Taunay em freqüentar as aulas na aldeia. A disputa de onde seria a escola ficou entre os próprios indígenas.

Nós aqui do distrito não questionamos, pois se tivesse uma votação o pessoal da aldeia ganhava. Eles eram a maioria. Além do mais, nós todos ou em sua maioria tínhamos veículos para nos transportarmos. Os alunos daqui quando não eram comerciantes, eram filhos deles. E quem não era ia de carona. A disputa foi mais entre eles [indígenas] mesmo... Nós só queríamos estudar, ter concluído o ensino médio e pra nós era bom. As aulas eram à noite, não atrapalhava o serviço. (Alaor, 54 anos, aluno do 1º ano de extensão, morador do Distrito de Taunay)

A escola representou e representa entre os Terena dos PIN Taunay e Ipegue a chegada do “novo aprendizado” com o não índio, a apropriação de seus bens e do seu conhecimento e, por isso, foi polêmica a sua transferência para dentro da aldeia Bananal, pois também as outras aldeias desejavam ter a escola de ensino médio. Aparentemente não se observa essa disputa, porém, ela se verifica no discurso de quem nela está envolvido, principalmente, entre os alunos da Aldeia Ipegue e Aldeia Bananal.

A escola aqui é chata, não deixam fazer festa junina, porque a comunidade é de evangélicos, mas tinham que entender que a escola não é só deles, é de toda comunidade indígena do PIN Taunay. Aqui nesse pedaço, é um pedaço de cada um, sem fala que ainda estão atrasados... Se a escola tivesse no Ipegue seria mais animada. Num vê que agora concorrem até na dança de São João, lá na cidade, com os brancos [não índios] e a escola ta ai sem pode participar, por causa disso. Renata (aluna do 2º ano do ensino médio, no 1º ano de escola extensão dentro da aldeia, residente na Aldeia Ipegue)

Ficou bem melhor a escola aqui! Só o pessoal do Ipegue que olha a gente atravessado. Eu lembro o começo da extensão, eles [ipeguianos] ficavam ali sabe, né, professor... Bebendo e namorando enquanto tinha aula e a gente só estudando (ex-aluna da extensão moradora na Aldeia Bananal)

A Aldeia Bananal foi escolhida pela sua localização, no centro entre os PIN Taunay e Ipegue, ficando de fácil acesso para todos, encurtando as distâncias. Porém, a comunidade desconhece possíveis consultas para implantação da escola-extensão nessa localidade.

A extensão da Unidade Escolar de Referência Coronel José Alves Ribeiro, continuou suas atividades num prédio cedido pela Prefeitura Municipal de Aquidauana onde no período matutino e vespertino funciona a Escola Indígena Pólo General Rondon que oferece do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental, atendendo alunos da Aldeia Bananal e Aldeia Jaraguá, oferecendo extensão para a Aldeia Imbirussú. Quando iniciou as atividades no prédio cedido pela prefeitura, que, de acordo com moradores foram construído por vários órgãos⁴, as instalações eram bem precárias, com pouco ou nenhum conforto.

Nossa, o senhor precisava ver como era o prédio, tudo muito velho, empoeirado. As carteiras escolares, também, de péssima qualidade... Quando os professores escreviam atividades no quadro ele balançava. Tinha que segurar, eles não eram fixos na parede... Tinha parte que o giz não pegava, o quadro tava descascado. Ventilador nem pensar, lâmpadas às vezes não clareava bem... No verão, as aulas aconteciam embaixo de árvores por causa do calor ou quando falta lugar pra sentá. (Artur, aluno na escola-extensão, no ano de 2000)

Quando chegamos lá, era um prédio antigo, caindo aos pedaços. Às carteiras todas danificadas, aqueles materiais antigos mesmo, aqueles quadros da época bem pra traz, né! Eram uns casarões e... Nós dávamos aula até debaixo das árvores, porque não tinha sala de aula suficiente pra todos... Os bancos nós sentávamos, eram bancos de madeira fazíamos aula... (Leliane Leonel, professora de Artes na escola-extensão)

À Prefeitura caberia além da função de ceder o prédio onde funcionaria a extensão, também, o transporte dos professores oriundos da zona urbana, através de um

⁴ Segundo os moradores da Aldeia Bananal a área onde está localizada a escola e uma parte do prédio é da FUNAI (onde se localiza inclusive a direção e coordenação da Escola Municipal Indígena General Rondon). Uma área construída mais recentemente (2003) foi doada pela concessionária que implantou o gasoduto Bolívia-Brasil.

repassa financeiro do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul para custeio do transporte.

O transporte foi uma parceria com a prefeitura, tá? E o estado repassa essa verba de transporte para a prefeitura. Então a escola nem entra nesse termo... É direto entre estado e prefeitura... Desde a época da implantação foi entre estado e prefeitura. (Professora Selma, diretora da U.E.R na implantação da extensão na Aldeia Bananal)

A administração estadual, também, custeava o transporte escolar dos alunos que moram em outras localidades, no entorno da Aldeia Bananal, que variam em distância da sede da escola. Esse convênio consistia na contratação de um transporte escolar terceirizado, na qual uma empresa de ônibus concorria para efetuar o transporte desses alunos da sua casa até a escola, diminuindo a problemática da evasão escolar e do assédio as alunas por pessoas da comunidade quando dirigiam se as suas casas.

Quando a gente começou lá em Taunay, e as alunas tinham que vir prá Taunay e eram quase 6 km de estradinha escura. E quando os alunos retornavam da usina pra sua casa eles ficavam na estrada, bêbado mexendo com as alunas, né? Então as alunas tinham medo, falavam os patrícios chegaram e eu tenho medo de vir pra cá, então tinha sempre que ter alguém com elas acompanhando pra não mexerem com elas...(Professora Selma, diretora da escola Coronel José Alves Ribeiro, na implantação da escola-extensão na Aldeia Bananal)

Verifica-se que os alunos residentes nos Postos Indígenas de Taunay e Ipegue que freqüentam a escola de ensino médio na Aldeia Bananal, mesmo sendo da mesma etnia, possuem particularidades, em especial as religiosas, políticas e comportamentais que resultaram na formação de novas aldeias e que diferencia essa região de outras onde há presença de indígenas. Não apenas no sentido de espaço geográfico, mas fazem questão de dizer de que aldeias vieram, acompanhados das suas noções atuais de “mundo” e das suas relações com os não-índios (com maior ou menor freqüência), reforçando a idéia de pertencimento. Como que a identidade de cada um dentro do espaço escolar indígena, esteja implicada pelas definições de quem sou e de que local eu vim. A partir daí ocupa um lugar pré-determinado pela trama social, implicado pela complexidade de interesses que envolvem esse processo que é negociado pela relação de poder, que faz com que o mesmo sujeito ocupe várias posições na “roda social” de acordo com que pode “colaborar” no momento. O mesmo sujeito pode ser chamado para “dentro”, quando o que trás da sua aldeia é representativo para o “grupo”.

E ao mesmo tempo pode ser posto para “fora” quando não possui nada a oferecer ou as suas atitudes ferem, mancham a “pura” concepção étnica do “grupo” que determina e legitima a identidade Terena.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O modelo de escola inserido na aldeia não tem atendido às perspectivas da comunidade indígena local e não se tem verificado uma ressignificação do espaço escolar na aldeia, mas, sim uma adequação da escola que ali se encontra aos moldes das escolas urbanas. E, como a instituição que fornece educação “formalizada” com intervenção do Estado, não nos dá uma resposta que satisfaça a todos os envolvidos no processo. A escola por ter vindo de fora para dentro, querendo impor suas “verdades”, o seu currículo, as suas celebrações, encontra barreiras. Ela se fecha ou abre apenas frestas para as informações locais. Ela é representante da individualidade do macropoder, se considera o mundo da globalização, não permite a livre articulação dos seus sujeitos.

Na escola que lá está, existe a preocupação com o tempo cronológico, ou seja, com a carga horária anual a ser desenvolvida no ano letivo, o que se verifica é uma necessidade de cumprir o “planejamento” anual, muitas vezes sem sentido para o momento que a comunidade está vivenciando. Os Terena do PIN Taunay querem que a escola busque as interpretações da vivência Terena em seus vários segmentos (familiar, social e comunitário) para realização/ efetivação das atividades diárias e escolares.

Observa-se que a escola de ensino médio na aldeia Bananal em seus dois grandes momentos: extensão e indígena possui apenas um “marco” denominativo que provocou vários deslocamentos, mais poucas acomodações do sujeito. No primeiro instante, ocorre a receptividade e as “tentativas” de tornar para si, o andamento da escola-extensão. No segundo instante quando a escola recebe a denominação de indígena de ensino médio, não ocorre uma “apoderação” desse espaço pelos grupos constituídos na escola, mas gera conflitos entre eles, que desestabilizam todo o processo de negociação com o sistema de ensino, pois entendo que a escola não é vítima, mas seus sujeitos não articulam a sua “restituição” e deixam o sistema educacional constituído, propor a “sua maneira”, pois ecoam inúmeras vozes, que desejam vários rumos para uma única unidade escolar, tudo ao bel-prazer da disputa do poder. Não proponho aqui, uma centralização das práticas pedagógicas voltadas à Aldeia Bananal,

mas que as “marcas” e as linguagens encenadas em cada lugar, façam sentido no espaço escolar que freqüentam os moradores dos PIN Taunay e Ipegue.

A escola de ensino médio da Aldeia Bananal tem buscado um Terena autêntico, do passado, porém, tem esquecido de que quem nela está inserido é um aluno Terena do presente, com novas influências, negociações, ressignificações e traduções, parte de uma comunidade Terena em constante movimento de desconstrução e acomodação.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. CNE. **Parecer/CEB nº 14**, de 14 de setembro de 1999. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para o funcionamento das Escolas Indígenas e da outras providências. Disponível em: < <http://www.mec.gov.br/cne/pdfPCBO14.pdf> > Acesso em: 7 ago. 2008.

_____. CNE. **Resolução/CEB nº 03**, de 10 de novembro de 1999. Fixa diretrizes nacionais para o funcionamento das Escolas Indígenas e dá outras providências. *Legislação básica em vigor sobre a questão indígena*. Brasília: FUNAI/DEDOC/SEIL, 2001.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394 de 20 de Dezembro de 1996.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 05 de outubro de 1988.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **Do índio ao bugre: o processo de assimilação dos Terena**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976.

CARVALHO, Roseli Fialho. **Subsídios para compreender a Educação Escolar Indígena Terena de Mato Grosso do Sul**. Santa Maria/ RS, 1995. 133p. (Dissertação de Mestrado)

_____. Secretaria de Estado de Educação – Núcleo de Ensino Médio. **Cadernos da Escola Guaicuru**: Ensino Médio 1. Campo Grande: Diosul, 2000.

_____. C.E.E **Deliberação 6767** de 25 de outubro de 2002. Fixa normas para a organização, estrutura e funcionamento das escolas indígenas de Mato Grosso do Sul.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. **Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas**. Brasília: MEC /SEF, 1998.